

## BREVE ENSAIO SOBRE O CONCEITO DE TEMPO HISTÓRICO

*João Oliveira Ramos Neto<sup>107</sup>*

### RESUMO

Este ensaio pretende apresentar de forma introdutória as concepções de tempo histórico em Durval Muniz de Albuquerque Júnior, François Hartog, Reinhart Koselleck, Antoine Prost, José Carlos Reis e Paul Ricoeur, propondo um breve debate entre eles na tentativa de compreender a relação do historiador com o tempo que oscila entre a concepção natural e a concepção filosófica. Serão tratados temas e conceitos como calendário, estrutura, conjuntura, fato histórico e regime de historicidade.

**Palavras-chave:** Epistemologia, Teoria da História, Tempo Histórico.

### ABSTRACT

This essay intends to introduce the conceptions of historical time in the Durval Muniz de Albuquerque Júnior, François Hartog, Reinhart Koselleck, Antoine Prost, José Carlos Reis and Paul Ricoeur, proposing a brief discussion between them in an attempt to understand the relationship of the historian with time ranging from natural conception and philosophy. Will cover topics and concepts such as timing, structure, environment, historical fact and regime of historicity.

**Key-Words:** Epistemology, Teory of History, Historical Time.

---

<sup>107</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás e Bacharel em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

O tempo da Física é diferente do tempo da Filosofia. Na Física, o tempo é definido como o número dos movimentos naturais. Dessa forma, não há diferença entre passado, presente e futuro. Sendo o tempo o número de posições que um corpo ocupa no espaço ao longo de sua trajetória, ele caracteriza-se naturalmente, é exterior, imortal, reversível, homogêneo. Por outro lado, o tempo da Filosofia é aquele cujas mudanças são vividas pela consciência. Separa-se passado, presente e futuro. O movimento não é mais natural, mas altera o ser que se move. Caracterizar-se-á pela irreversibilidade e a sucessividade. Será interior, sublunar, mortal. Exemplo disso é a geração, construção cultural, pois pertencer a uma geração ou sucedê-la não é ter a mesma idade ou ser mais jovem, mas possuir uma contemporaneidade de influências, eventos e mudanças. Ou, como afirma Prost, nem todos os elementos contemporâneos são contemporâneos. Como então poderá o historiador trabalhar?

Conforme José Carlos Reis, deverá o historiador construir um terceiro tempo, entre o tempo da Física, natural, e o tempo da Filosofia, da consciência. Este será o *tempo histórico*, que muito bem lembrado por Prost, não é a memória, pois esta trabalha demasiadamente envolvida afetivamente com o evento. Prost lembrará que além de se fazer a partir do tempo, a História é uma reflexão sobre ele. Daí o historiador precisará construir o *tempo histórico* para não *reviver*, mas *compreender* a experiência. Para isso, José Carlos Reis aponta e analisa três propostas.

A primeira proposta é a de Paul Ricoeur, com a criação do *calendário*, que permitirá a experiência humana ser narrada no tempo natural, pois o calendário participa de ambos os tempos sem se restringir somente a um deles. Estabelece-se um evento fundador para iniciar o calendário e então passa-se a caminhar por ele para frente ou para trás, conforme a pesquisa histórica assim o exigir. José Carlos Reis irá questionar a proposta de Ricoeur da criação do calendário como terceiro tempo ao afirmar que impor ao tempo humano a regularidade da natureza levará ao naturalismo positivista.

Sustentará seu questionamento a problemática apontada por Prost de que o próprio tempo histórico é um produto da história e não uma construção objetiva.

A segunda proposta é a de Koselleck, que colocará em dúvida a tese de Ricoeur sobre o tempo calendário como terceiro tempo. Para Koselleck, o conceito de tempo histórico não se refere ao tempo medido da natureza. Na verdade, para ele, a noção de tempo histórico se liga a conjuntos de ações sociais e políticas, a seres humanos concretos, agentes e sofreadores, às instituições e organizações que dependem deles. Cada um, é claro, com seu próprio ritmo de realização. Daí, conforme lembrado por Prost, Koselleck ter analisado o quadro de Altdorfer, *A batalha de Alexandre*, em que diversas informações são colocadas de forma minusciosa, mas a questão da data é omitida, como irrelevante a temporalização.

Não significa, com isso, que Koselleck desvaloriza o calendário. Ele vai além e questiona como cada sociedade, cada presente, relacionou com as dimensões temporais de passado e presente e como passado e presente se relacionam. Na Antiguidade, por exemplo, temos o passado como iluminador do futuro, daí a *história mestra da vida*. O tempo era *circular*. Vivia-se enfatizando o futuro. Veio então o tempo cristão que trocou a circularidade pela metanarrativa, mas ainda focando o futuro. O cristão vive a história da salvação. Deus criou o mundo no início, veio Jesus como evento passado, mas haverá também o juízo *final*, ou seja, a vida aguardando o futuro. O tempo circular foi substituído pelo tempo linear, mas manteve-se a expectativa do futuro. Tem-se o conceito de *Reino de Deus*, definido na Teologia como *o já e o ainda não*. Eras sobrepostas: A divina sobre a humana. A modernidade, por sua vez, mudará novamente a relação, enfatizando não mais o futuro, mas o presente como colocador das questões, ainda que seja para trazer o futuro. Não é a revolução o futuro colocado no espaço da experiência presente?

Assim, temos que Ricoeur construirá um conceito de tempo histórico enfatizando os movimentos naturais. Koselleck, ao contrário, construirá seu conceito de tempo histórico enfatizando as gerações.

A terceira proposta é a do *Annales*, com a criação do conceito de *estrutura social*. Isso, como nos lembra Prost, nos remete imediatamente a Braudel, com seu *Mediterrâneo*, quando foram definidos os três tipos de tempo histórico, a saber: A *estrutura*, aquela do tempo longo, baseada no tempo geológico, a *conjuntura*, aquele tempo intermediário dos ciclos econômicos e o *fato*, o tempo curto do acontecimento. Quando Braudel propõe o tempo da estrutura, para José Carlos Reis (e também para Hartog) há uma aplicação do conceito do tempo da Física na sociedade, pois busca-se na sociedade o que a Física encontra na natureza: uniformidade, reversibilidade, homogeneidade, quantidade, permanência. Propõe-se a desaceleração do tempo da sociedade e passa-se a trabalhar com a *longa duração* (Braudel) com o objetivo de tentar controlar a mudança social, tornando-a segura e procurando evitar a revolução. A longa duração é a tradução da estrutura atemporal dos sociólogos.

Prost também preocupa em esclarecer que o tempo da História não é nem o tempo físico e nem o tempo da Filosofia, que ele chama de psicológico, e esclarece ainda que além de ser um intermediário, o tempo histórico servirá de referência comum aos membros de um grupo. Surge disso um novo problema: Esse terceiro tempo, o tempo histórico, relação entre o tempo natural e o tempo psicológico, referência comum aos membros de um grupo, não é o mesmo para todas as sociedades. Ou seja, grupos diferentes constroem tempos históricos diferentes. Prost afirmará então que, para um tempo histórico comum, será necessário esperar o século XI para que a era cristã torne-se predominante e, posteriormente, seja imposta ao mundo inteiro. Concordará então com José Carlos Reis ao afirmar que a generalização da era cristã implicou o abandono de uma concepção circular do tempo que estava disseminada na Antiguidade. Durval Muniz de Albuquerque Júnior vai na linha contrária. Para ele, todo fato é, ao mesmo tempo, natural e social. Cabe ao historiador, fazer, no presente, o elo entre o passado e o futuro, levando em consideração tanto o tempo da Física quanto o tempo psicológico.

É importante considerarmos também a proposta de Hartog, quando este constata que há momentos que a sociedade questiona sua relação com o tempo e propõe o conceito de *regime de historicidade* para explicar essa relação. Ele apresenta então o regime de historicidade moderno, que compreenderemos depois de observarmos que, se a história é linear, Fukuyama dirá que ela chegou ao fim, pois todas as revoluções foram experimentadas e consolidou-se o modelo de vida da democracia ocidental como o encerramento dos debates. Hartog discordará e proporá que 1989 não foi o fim da história, mas o fim de um regime de historicidade que iniciou-se em 1789. 1789-1989 seria, para Hartog, o regime moderno de historicidade. Foi o período em que o ponto de vista do futuro dominou a relação da sociedade presente com o tempo. A história foi vista como um processo, a humanidade caminhando em progresso.

O regime é, para Hartog, diferente de uma época, pois a época é somente um recorte linear, do qual se ganha consciência depois que foi superado, ao passo que o regime é uma experiência presente, consciente e ativa da relação que se tem com o tempo.

Para Hartog, então, o fim do regime moderno significa que não é mais possível escrever a história do ponto de vista do futuro (não há mais orientação) e que o passado mesmo não é apenas o futuro, pois se torna incompreensível. Daí termos Durval Muniz de Albuquerque Júnior analisando a história como *a arte de inventar o passado*. Sendo a invenção uma forma de se relacionar com a temporalidade. A compreensão é substituída pela construção.

Quando, na Antiguidade, a relação entre o passado e o futuro era dominada pelo passado, na história mestra da vida, Hartog dirá que o espírito sabia para onde estava indo. Hartog dirá também que a passagem para o tempo cristão propôs uma história linear, uma metanarrativa, mas não eliminou a circularidade e a história mestra da vida. É bastante sustentável tal hipótese se considerarmos o calendário litúrgico, que sempre se repete. Na sociedade cristã, o tempo histórico é uma espiral, pois comemora-se, olhando

periodicamente para o passado, o natal e a páscoa, mas também olhando para o futuro, antevendo que, um dia, não serão mais comemorados. Para Hartog, a história mestra da vida sobrepôs-se à metanarrativa cristã e essa concepção só mudou com a entrada do regime moderno. Isto é, no século XVIII, Tocqueville viaja no tempo, pois vai para os Estados Unidos ver o futuro que aguarda a sociedade francesa que experimenta a revolução. A história não é mais uma espiral, mas um progresso, onde cada evento torna-se-á único. Chegaremos ao que Koselleck denominou de o tempo do absolutismo, dominado pelas explicações teleológicas das filosofias da História (com expoente em Hegel) para qual a lição vem do futuro.

Para Hartog, quando há a mudança de um regime de historicidade para outro, isto é, quando um regime é questionado, há um hiato de crise epistemológica, quando dois regimes diferentes se sobrepõem, criando um terceiro regime que se sobrepõe entre os dois principais. Depois de 1989, entramos nesse período de transição para um novo regime. Neste período, Hartog afirma que experimentamos uma crescente ênfase no presente. Estamos vivendo um tempo sem passado e sem futuro. Daí retornamos a Durval Albuquerque Júnior, que constata uma *invenção do passado*. Hartog cita a *pesquisa* de exemplo: Uma previsão do futuro sem se deslocar do presente. Uma fotografia que suprime o tempo.

Se a história da Antiguidade, mestra da vida, apresentava a história do ponto de vista do passado, no regime moderno a história teleológica se apresentou do ponto de vista do futuro. O atual presentismo, porém, para Hartog, implica unicamente o presente. Daí o incansante interesse pela *identidade*. Questionamos, porém, a afirmativa de Hartog de que o novo regime de historicidade, que se colocará no lugar do moderno, que ora se encerra, virá de outro lugar diferente da Europa. Por que, se os outros foram questionados e substituídos lá mesmo?

O que diferencia o historiador do sociólogo? Se ambos colocam questões para suas fontes, o historiador a faz numa perspectiva diacrônica. Assim, para uma pesquisa

histórica bem sucedida, o historiador encontrará questões no presente que o farão olhar para o passado. Ao olhar para o passado, o historiador deverá definir claramente seus pressupostos epistemológicos. Quanto ao objeto de estudo, atualmente ele terá diante de si duas principais opções. De um lado, a opção pós-moderna, que encontra em Hayden Whyte o ceticismo que leva ao relativismo. Neste caso, cabe ao historiador recortar um objeto de estudo a ser construído. Por outro lado, a opção de Carlo Ginzburg. Ainda que a verdade não seja absoluta e universal, ela existe. Neste caso, caberá ao historiador recortar um objeto de estudo que precisará ser encontrado e compreendido, e não construído.

Se o historiador optar por encontrar e compreender seu objeto, ele deverá trabalhar com o conceito de tempo histórico. Precisar ter consciência que o historiador cria um terceiro tempo entre o tempo natural e o tempo da sociedade. Por outro lado, se optar por construir um objeto, poderá trabalhar com a terceira margem, proposta por Durval Albuquerque.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALBUQUERQUE JR., Durval. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.